

Sumário

Palavras Prévias – 8ª edição	23
Prefácio.....	29
PARTE I – TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	31
Capítulo I ► Conceito da Responsabilidade Civil do Filosófico ao Tecnológico.....	33
1. Conceito da Responsabilidade Civil	34
2. A polissemia da Responsabilidade Civil: uma agenda para os próximos anos.....	36
Capítulo II ► Princípios da Responsabilidade Civil.....	41
1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	42
2. Princípio da solidariedade	47
3. Princípio da prevenção	49
4. Princípio da reparação integral.....	53
Capítulo III ► Evolução Histórica, Política e Filosófica da Responsabilidade de Civil	57
1. Evolução histórica da responsabilidade civil	58
2. Fundamentos filosóficos da responsabilidade civil.....	64
3. Fundamentos políticos da responsabilidade civil.....	67
Capítulo IV ► As Funções da Responsabilidade Civil	73
1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	74
2. A função compensatória	79
3. A função punitiva	82
4. A função restitutória – <i>Disgorgement</i> e lucro da intervenção.....	88
5. A função precaucional.....	95
6. A prevenção como cerne da responsabilidade civil contemporânea.....	102
Capítulo V ► Modalidades de Responsabilidade Civil	107
1. A clássica dicotomia: responsabilidade negocial e extranegocial (ou simplesmente “civil”).....	108
1.1 O dano como elemento comum às duas responsabilidades	110
1.2 As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial.....	111
1.3 O concurso de responsabilidades	117
1.4 A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial.....	121
1.4.1 Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato.....	124

1.4.2	A violação de deveres anexos	126
1.4.3	A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvinculados da obrigação.....	128
1.4.4	A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcendem a obrigação.....	135
1.4.5	A responsabilidade civil transubjetiva e os deveres anexos.....	139
1.4.6	O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	141
1.4.7	O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....	147
1.5	Conclusão.....	151
2.	Responsabilidade civil e penal.....	152
2.1	Fundamentos da separação de responsabilidades.....	152
2.2	A confluência entre os ilícitos penal e civil.....	156
2.2.1	A culpa no direito civil e no direito penal.....	157
2.2.2	O dano.....	161
2.2.3	A tipicidade.....	162
2.3	A interseção entre a jurisdição civil e a criminal.....	163
2.3.1	Relativa independência de jurisdições.....	163
2.3.2	Repercussão civil da decisão penal condenatória.....	164
2.3.3	Repercussão civil da decisão penal absolutória.....	169
2.3.4	Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes?.....	171
2.4	Excludentes de ilicitude.....	175
Capítulo VI ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Subjetiva		177
1.	Introdução.....	178
1.1	Acepções da responsabilidade civil.....	178
1.2	Pressupostos da responsabilidade civil.....	180
2.	O ilícito civil.....	181
2.1	A caracterização do ilícito como fato jurídico.....	181
2.2	A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito.....	182
2.3	A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito.....	183
2.4	Responsabilidade civil é sinônimo de ilícito civil?.....	185
2.5	O fato ilícito <i>stricto sensu</i> (cláusula geral de ilicitude culposa).....	191
2.6	Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil?.....	193
2.7	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito.....	195
2.8	Excludentes de ilicitude civil.....	201
2.8.1	Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 92 e 930, CC).....	204
2.8.1.1	Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo.....	205
2.8.1.2	Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo.....	206
2.8.2	Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930).....	207
2.8.2.1	Pressupostos da legítima defesa.....	209

2.8.2.2	Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente.....	211
2.8.2.3	Legítima defesa de terceiro.....	211
2.8.2.4	Legítima defesa putativa.....	213
2.8.3	Exercício regular de um direito (art. 188, I).....	214
2.8.4	Estrito cumprimento do dever legal.....	216
2.8.5	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea.....	218
3.	A culpa.....	219
3.1	A culpa e a responsabilidade civil.....	219
3.2	A evolução do significado de culpa civil.....	221
3.3	A culpa presumida.....	225
3.4	A gradação da culpa.....	228
3.4.1	A gradação da culpa médica no período de pandemia.....	233
3.5	O ilícito e a culpa.....	235
3.6	A mitigação da reparação por equidade.....	236
3.7	O renascimento da culpa.....	240
4.	O abuso do direito.....	246
4.1	O abuso do direito como ato ilícito.....	246
4.2	Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito?.....	254
4.3	O abuso do direito como cláusula geral.....	260
4.4	O intuito de prejudicar é necessário?.....	261
4.5	As hipóteses legais de abuso de direito.....	263
4.5.1	Fim econômico ou social.....	263
4.5.2	Boa-fé.....	264
4.5.3	Bons costumes.....	265
5.	O dano.....	267
5.1	O dano como elemento nevrálgico da responsabilidade civil.....	267
5.2	O conceito de dano.....	270
5.3	O dano e a técnica da ponderação de interesses.....	274
5.4	A travessia do ato ilícito ao dano injusto.....	278
5.5	A medida dos danos.....	281
5.6	O dano patrimonial.....	285
5.6.1	O dano patrimonial e o pessoal.....	288
5.6.2	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance.....	289
5.6.2.1	Os danos emergentes (dano positivo).....	290
5.6.2.2	Os lucros cessantes (dano negativo).....	293
5.6.2.3	A perda de uma chance.....	297
5.6.3	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial.....	308
5.6.3.1	Dano reflexo ou em ricochete.....	308
5.6.3.2	Danos certos ou incertos.....	310
5.6.3.3	Danos presentes e futuros.....	311
5.6.3.4	A indenização preventiva.....	313
5.6.4	Danos patrimoniais: verbas compensáveis e verbas não compensáveis.....	318

5.6.4.1	Verbas compensáveis.....	318
5.6.4.2	Verbas não compensáveis	320
5.6.5	<i>Compensatio lucri cum damno</i>	321
5.6.6	A legitimidade para exigir o dano patrimonial.....	327
5.6.6.1	A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação.....	327
5.6.6.2	Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar.....	328
5.6.6.3	Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais?.....	330
5.6.7	Lesão que cause incapacidade para o trabalho	331
5.7	O dano extrapatrimonial	335
5.7.1	Introdução.....	335
5.7.2	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação	336
5.7.3	Em busca de um conceito – o que é o dano moral?.....	338
5.7.3.1	É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento?.....	340
5.7.3.2	O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana?.....	342
5.7.3.3	Afinal, o que é o dano moral?	344
5.7.4	Do dano moral ao dano extrapatrimonial: Uma proposta tipológica	349
5.7.4.1	O dano estético extrapatrimonial.....	352
5.7.4.2	O dano à imagem extrapatrimonial	353
5.7.4.3	O dano existencial	353
5.7.4.4	O estado da arte do dano moral.....	355
5.7.6	Dano moral – compensação ou indenização?.....	356
5.7.7	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória e o direito de resposta ...	360
5.7.8	A desmonetização da reparação pelo dano moral	363
5.7.9	O dano moral por inadimplemento obrigacional	368
5.7.10	A titularidade do direito à reparação	372
5.7.10.1	Noções gerais	372
5.7.10.2	A pessoa natural como legitimado ativo	373
5.7.10.3	Os lesados diretos.....	373
5.7.10.4	Os lesados indiretos.....	380
5.7.10.5	O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados?...	381
5.7.10.6	A pessoa jurídica como legitimado ativo.....	391
5.7.10.7	Os entes jurídicos despersonalizados	398
5.7.11	O dano moral coletivo	400
5.7.11.1	Introdução	400
5.7.11.2	Nossa opinião: o dano moral coletivo é uma pena civil.....	408
5.8	A valoração e a quantificação do dano moral	414
5.9	A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção	426
5.9.1	Linhas gerais	426
5.9.2	A sanção e a reparação	430
5.9.3	A urgência da pena civil.....	433
5.9.4	As extremas da pena civil.....	436
5.9.5	Critérios de aplicação da pena civil	441

5.9.6	Óbices à incidência da pena civil.....	444
5.10	O dano estético	452
5.10.1	Noções gerais	452
5.10.2	Fundamento constitucional	455
5.11	O dano-morte (dano ontológico)	458
6.	O nexo causal.....	462
6.1	Nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil	462
6.2	A concausalidade.....	465
6.3	Teorias do nexo causal.....	467
6.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	468
6.3.2	Teoria da causalidade adequada.....	471
6.3.3	Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade	473
6.4	As excludentes da responsabilidade civil.....	479
6.4.1	Força maior – o fortuito, interno e externo.....	480
6.4.2	O fato exclusivo da vítima.....	488
6.4.3	O fato concorrente e a redução de danos	490
6.4.4	O fato de terceiro.....	494
6.5	Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva)	499
6.6	Causalidade virtual.....	504
7.	O nexo de imputação	508

Capítulo VII ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Objetiva .. 515

1.	O contexto histórico.....	516
1.1	As bases da teoria subjetiva.....	516
1.2	O alvorecer da teoria objetiva.....	518
1.3	As primeiras linhas da teoria objetiva.....	520
1.4	A estrutura da teoria do risco	522
1.5	A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida?	525
1.6	A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa?	526
1.7	Culpabilidade e causalidade.....	528
1.7.1	Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar?.....	529
1.8	A evolução da teoria objetiva no Brasil.....	531
1.8.1	Fase anterior ao Código Civil de 2002.....	531
1.8.2	A teoria objetiva no Código Civil de 2002 uma radiografia do parágrafo único do artigo 927	534
1.9	A coexistência entre as teorias subjetiva e objetiva	542
1.10	Código Civil de 2002, risco proveito ou risco criado?	543
1.11	Código Civil de 2002, o risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade.....	548
1.12	A presunção de causalidade na teoria do risco.....	553
1.13	O risco criado no Código de Defesa do Consumidor	558
1.14	O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar	560
1.15	A repartição de riscos: o risco concorrente	564

1.16 O risco integral e o risco agravado.....	568
1.17 O risco de empresa ou do empreendimento.....	574
1.18 O risco e os profissionais liberais.....	577
1.19 Do risco ao alto risco da atividade.....	582
1.20 A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar.....	584
1.21 A responsabilidade objetiva pura e a impura.....	587
1.22 A securitização da responsabilidade civil.....	589
1.22.1 Responsabilidade: do individual ao social.....	589
1.22.2 A dinâmica dos seguros de responsabilidade civil.....	592
1.22.2.1 O contrato de seguro.....	592
1.22.2.2 O seguro privado obrigatório.....	597

PARTE II – RESPONSABILIDADE CIVIL EM ESPÉCIE 609

Capítulo I ► Responsabilidade Civil por Fato Próprio e por Fato de Outrem ... 611

1. Responsabilidade civil por fato próprio.....	612
2. Responsabilidade civil por fato de outrem.....	615
2.1 Introdução: um tema teoricamente rico e difícil.....	615
2.2 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores.....	619
2.2.1 Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?.....	621
2.2.2 Solidariedade ou subsidiariedade: a responsabilidade dos pais pelos filhos menores.....	626
2.2.3 Os pais respondem civilmente pelo dano praticado por menor emancipado? ...	628
2.3 Danos causados por filhos maiores.....	629
2.4 Direito de regresso.....	631
2.5 A responsabilidade civil dos incapazes.....	632
3. Responsabilidade dos tutores e curadores.....	636
4. Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados.....	639
4.1 O dano foi causado em razão da função desempenhada?.....	643
4.2 Outras questões relevantes.....	644
4.3 A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?.....	646
5. Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais.....	647
5.1 Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviço.....	647
5.2 Responsabilidade civil pelo <i>bullying</i>	649
5.3 A polêmica questão do direito de regresso.....	650
5.4. A questão do <i>homeschooling</i>	652
6. Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos.....	653
6.1 Contextualização normativa e situações possíveis.....	653
6.1.1 Danos causados a hóspedes.....	654
6.1.2 Danos causados a empregados do hotel.....	655
6.1.3 Danos causados a terceiros.....	656
7. Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime.....	656

CAPÍTULO II ► Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa	659
1. Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	660
2. Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936).....	662
2.1 Danos causados por animais nas rodovias.....	665
2.2 A visão dos animais como seres dotados de sensibilidade (seres sencientes).....	666
3. Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	669
4. Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	670
4.1 A queda anônima	671
4.2 Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938.....	672
5. Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos	673
5.1 A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos (danos causados pelo comodatário)	673
5.2 Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	675
5.3 Outras situações possíveis	677
5.3.1 Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial.....	677
5.3.2 Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado.....	679
5.3.3 O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro)	680
 Capítulo III ► Responsabilidade Civil do Estado.....	 683
1. A teoria do risco administrativo.....	684
1.1 O forte componente jurisprudencial.....	685
1.2 Irrelevância da licitude do ato estatal.....	687
1.3 Atos de império e atos de gestão: distinção superada	689
2. Quem são os agentes públicos?.....	690
2.1 Alargamento conceitual e questões conexas.....	691
3. Danos causados por pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos....	699
3.1 As chaves hermenêuticas relevantes	699
3.2 Distinguindo atividade econômica de serviço público.....	701
3.3 Serviços públicos sociais.....	702
4. Excludentes da responsabilidade civil estatal	703
5. Excludentes da ilicitude da ação ou omissão estatal	710
6. Responsabilidade estatal por ato de outrem: subsidiariedade ou solidariedade?	714
7. Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos	717
7.1 As distorções funcionais do Legislativo e as manifestações populares	717
7.2 Atos normativos estatais como origem de danos indenizáveis	719
7.3 Responsabilidade civil e dever de legislar: casos de omissão legislativa.....	721
7.4 Imunidade parlamentar	723
7.4.1 Responsabilidade do Estado pelos atos praticados à luz da imunidade material	724
8. Responsabilidade civil por atos judiciais	726
8.1 Prisões indevidas: dificuldades e critérios hermenêuticos	728
8.2 Pode haver responsabilidade civil do magistrado pelos danos?	729

8.3	A coisa julgada é óbice à indenização por erro judicial?.....	732
9.	Responsabilidade civil do Estado por omissão.....	732
9.1	Polêmica doutrinária e jurisprudencial: responsabilidade subjetiva ou objetiva?.....	733
9.2	O nexo causal na responsabilidade civil por omissão.....	738
9.2.1	O Estado tinha o dever de evitar o dano?.....	740
9.2.2	A responsabilidade civil estatal por danos ligados à violência urbana.....	742

Capítulo IV ► Responsabilidade Civil e Direito à Imagem 745

1.	Uma época de fotógrafos e cinegrafistas em todos os lugares: o culto à imagem como valor onipresente.....	746
2.	Contornos conceituais do direito à imagem: compreendendo sua inserção no mundo contemporâneo e traçando diretrizes hermenêuticas.....	748
3.	Contextualizando o uso da imagem alheia: outros critérios possíveis de interpretação.....	757
4.	Contextualização: as estreitas conexões temáticas entre imagem e imprensa.....	763
4.1	Jornalismo investigativo e crimes contra o patrimônio público.....	764
4.2	Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa?.....	766
4.2.1	Responsabilidade subjetiva.....	766
4.2.2	Responsabilidade objetiva fundada na teoria do risco.....	768
4.3	Quem responde por escritos ofensivos publicados através da mídia?.....	769
4.4	Crêterios de ponderação: a busca de soluções constitucionalmente consistentes.....	770
4.4.1	Veracidade da informação jornalística.....	771
4.4.2	Licitude do meio empregado na obtenção da informação.....	774
4.4.3	Personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia.....	776
4.4.4	Local e natureza do fato.....	778
4.4.5	Existência de interesse público na divulgação.....	780
4.4.6	Preferência por medidas que não envolvam a proibição prévia da divulgação... ..	783
5.	Dano moral e televisão: agressões à imagem na guerra por audiência.....	785
5.1	Programas de humor.....	787
6.	Biografias não autorizadas.....	789
7.	<i>Hate speech</i>	791
8.	Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades.....	793

Capítulo V ► Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo 799

1.	O impacto do CDC no direito privado brasileiro.....	800
2.	Diálogo com a Constituição: fundamentos do CDC.....	803
3.	A redução qualitativa da autonomia da vontade na órbita patrimonial.....	810
4.	Responsabilidade civil nas relações de consumo: feições específicas.....	816
4.1	Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço.....	817
4.1.1	Vício do produto.....	818
4.1.2	Vício do serviço.....	820
4.1.3	Fato do produto.....	820
4.1.4	Fato do serviço.....	822

4.2	Perigo intrínseco	823
4.3	Prazo decadencial do vício e prazo prescricional do fato	824
4.4	Outras questões relevantes	826
5.	Prescrição e decadência: a disciplina no CDC	829
5.1	Decadência: vício do produto ou serviço	831
5.2	Prescrição: fato do produto ou serviço	833
5.2.1	A teoria da <i>actio nata</i> no STJ	836
5.2.2	O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais	837
5.3.	Conflitos entre o CDC e o CC: interpretação mais favorável ao consumidor	838
5.4.	Direito ao tempo “útil” e as relações de consumo	838
6.	Excludentes de responsabilidade civil: quais são aceitas nas relações de consumo?	840

Capítulo VI ► Responsabilidade Civil Digital 849

1.	Os breves (e espantosos) passos da internet	850
2.	Rumo a uma sociedade sem papel? A progressiva desmaterialização dos bens na sociedade da informação	853
2.1	Os múltiplos e simultâneos focos de emissão da informação: mudanças no perfil social do ser humano	855
3.	O mundo digital como um mundo fundamentalmente colaborativo	855
3.1	Características colaborativas do universo digital: da Wikipedia ao <i>crowdfunding</i>	857
4.	Uma multiplicidade crescente de negócios jurídicos praticados via internet	858
4.1	Pensando o CDC para o comércio eletrônico	860
4.2	O olhar jurisprudencial brasileiro para a internet	861
4.3	O novo comércio eletrônico na atualização do CDC	863
5.	O mundo virtual e seus danos (bastante reais)	865
5.1	O <i>cyberbullying</i>	868
6.	Responsabilidade civil dos provedores: especificidades	869
6.1	Dever de retirada imediata do conteúdo ofensivo e questões conexas	870
6.2	Dever de guarda dos dados identificadores dos usuários e questões probatórias conexas	874
6.3	Responsabilidade dos provedores de pesquisa virtual pelos resultados das buscas	878
7.	Marco Civil da Internet	878
8.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018)	883

Capítulo VII ► Responsabilidade Civil na Área Médica 887

1.	A saúde no Estado dos direitos fundamentais	888
2.	A medicina do século XXI: avanços e perspectivas	891
3.	Os danos causados no exercício da medicina: contextualização e peculiaridades	893
4.	A responsabilidade subjetiva dos médicos: especificidades e modos de caracterização	898
5.	A complexa questão probatória na responsabilidade civil médica	904
5.1	Perda da chance e atividade médica	906

6. A relação médico e paciente como uma relação de consumo: consequências hermenêuticas da aplicação do CDC	908
6.1 Planos de saúde: experiência brasileira contemporânea	911
7. Responsabilidade dos hospitais por atos dos médicos: regime especial	920
8. Danos sofridos em hospitais públicos ou postos de saúde	923
8.1 Serviços públicos sociais x serviços de relevância social	925
9. Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos	926
9.1 Obrigações de meio	926
9.2 Obrigações de resultado	927
9.2.1 Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente	928
9.2.2 Procedimentos de natureza mista	930
9.3 A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos?	931
10. Importância do princípio da função social dos contratos na interpretação da matéria	934
11. Uma consideração diferenciada em relação aos bens jurídicos não patrimoniais	935

Capítulo VIII ► Responsabilidade Civil dos Advogados 941

1. Contornos conceituais da advocacia e imunidade profissional: alcance e conteúdo	941
2. Danos relacionados ao exercício da capacidade postulatória	945
2.1 Dever de sigilo: o que compreende e até onde vai	947
3. Compreendendo a natureza e os limites da responsabilidade civil dos advogados: é necessária a prova da culpa pela vítima?	949
4. Perda da chance: uma categoria conceitual progressivamente adotada em relação aos advogados	952
5. Seguro de responsabilidade civil	954
6. Obrigações de meio e resultado: especificidades em relação aos advogados e indagação acerca da adequação teórica do dualismo	955
7. A questão do Código de Defesa do Consumidor: posição do STJ	957

Capítulo IX ► Responsabilidade Civil das Empresas de Estacionamento e demais Encarregados da Guarda ou Vigilância de Veículos 963

1. Um amor (brasileiro?) por carros	964
2. Uma realidade contemporânea: a necessidade da guarda de veículos em locais presumivelmente seguros	964
3. Empresas de estacionamento: compreendendo as excludentes	966
4. Irrelevância da gratuidade ou da realização de negócios jurídicos conexos	970
5. Outras situações possíveis: manobristas de restaurantes, hotéis, oficinas mecânicas, postos de combustíveis etc.	972
6. Estacionamentos de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito público	975
6.1 A questão da chamada "faixa azul"	977
7. Estacionamentos gratuitos ofertados por entes, personalizados ou não, sem fins lucrativos	978

Capítulo X ► Responsabilidade Civil dos Estabelecimentos Bancários e Securitários	981
1. Contextualização e linhas gerais: migração do mundo físico-convencional para o universo digital	982
2. Bancos como fornecedores de serviços à luz do CDC	982
3. Os poderes privados na sociedade contemporânea: construindo um paradigma contratual que se distancia dos moldes clássicos.....	985
4. Danos possíveis e comuns nas relações entre bancos e clientes	988
4.1 Cartões de crédito e débito.....	989
4.2 Roubos ou furtos em cofres alugados.....	992
4.3 Fraudes ocorridas na internet	993
4.4 Outras situações de danos indenizáveis.....	994
5. Uma análise rigorosa e restrita acerca das excludentes de responsabilidade civil: os riscos da atividade.....	998
5.1 Assaltos relacionados à atividade bancária: em que casos o banco responde civilmente?	999
5.2 Não cabe responsabilizar o Estado pelos danos?.....	1000
6. Contratos bancários e impossibilidade de conhecimento de ofício pelo magistrado: exceção ao sistema de nulidades do CDC	1002
7. Diálogo das fontes em favor do consumidor: prazos prescricionais.....	1003
8. Inscrição indevida em cadastros negativos	1004
9. Responsabilidade civil das seguradoras: questões relevantes.....	1006
 Capítulo XI ► Responsabilidade Civil do Transportador	 1013
1. Contextualização	1014
2. Transporte de pessoas.....	1015
2.1 Danos conexos e danos não conexos ao transporte: distinções relevantes.....	1015
2.2 Transporte gratuito ou de mera cortesia: hipótese em que a culpa leve não basta?.....	1017
2.3 Excludentes de responsabilidade: peculiaridades jurisprudenciais relevantes	1019
3. Transporte aéreo.....	1021
4. Transporte de cargas.....	1028
 Capítulo XII ► Responsabilidade Civil dos Construtores.....	 1031
1. Construção civil: crescimento e contextualização social	1032
2. Um sistema híbrido de regras: o diálogo das fontes (CDC, Código Civil e Lei nº 4.591/64)...	1033
3. Incorporação imobiliária (Lei nº 4.591/64).....	1034
4. Empreitada (Código Civil, arts. 61 a 626)	1036
5. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra.....	1038
6. A chamada lei anticorrupção: o sentido e alcance da responsabilidade civil objetiva na Lei nº 12.846.....	1041
 Capítulo XIII ► Responsabilidade Civil Automobilística.....	 1045
1. Os tristes números brasileiros no trânsito: cerca de 5 mil mortes por ano	1046

2. Dialogando entre formas e fontes de responsabilidades distintas: objetiva e subjetiva, pública e privada.....	1050
3. Responsabilidade estatal objetiva por ações ou omissões na matéria.....	1052
4. Há casos de responsabilidade civil objetiva na responsabilidade civil automobilística?.....	1053
4.1 A teoria do risco pode, em alguma hipótese, ser aplicável à responsabilidade civil automobilística?.....	1055
5. Questões específicas da responsabilidade civil automobilística.....	1056
5.1 O proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor?.....	1056
5.2 Danos causados na condução de carros roubados ou furtados.....	1060
5.3 Quem pode ser considerado o proprietário do veículo? A questão do registro nos órgãos de trânsito.....	1061
5.4 Locadoras de veículos: a responsabilidade civil pelo uso do carro locado.....	1062
5.5 A teoria do corpo neutro: quando o veículo é mero agente físico do prejuízo.....	1063
6. A questão da culpa e do nexa causal: analisando situações específicas.....	1064
7. Danos materiais e pensões periódicas: natureza e duração.....	1071
8. Danos a coisas e danos a pessoas: um norte hermenêutico.....	1075
Bibliografia	1077